



## A economia gaúcha e os desafios do novo Governo

A FEE acabou de lançar sua análise das últimas **Três Décadas de Economia Gaúcha**. Nesse trabalho, lê-se: “[...] depois do Plano Real, o RS diminuiu seu ritmo de crescimento, ao passo que a economia brasileira [...] aumentou o seu”. E como na década de 80 a dinâmica já era discreta, entre 1986 e 2007, “[...] na ordenação pelo critério de crescimento do PIB, o RS ocupa a 26ª colocação entre as 27 unidades da Federação”. Por que tivemos um desempenho tão insatisfatório? Por dois motivos.

“Os dados mostraram que a economia gaúcha é fortemente dependente dos desempenhos da agropecuária e das exportações industriais.” Ora, a política anti-inflacionária está assentada na equação “juros altos → real forte”. E o real forte leva à depressão da renda das exportações e do preço interno das *commodities* agrícolas. Vale dizer: **a política macroeconômica em curso afeta negativamente a economia gaúcha**.

Mas isso não é tudo. Afinal, Mato Grosso e Santa Catarina também são dependentes das exportações agroindustriais. Mas SC ultrapassou a renda *per capita* do RS, e MT passou da 16ª para a oitava posição no mesmo quesito desde 1986, enquanto o RS caía para o sexto lugar. Por quê?

A resposta parece estar na forma como o RS tentou enfrentar os desafios da globalização a partir dos anos 90: alterando radicalmente sua matriz produtiva. Nesse processo, abriu mão de fazer o mais simples e mais eficaz: enfrentar os gargalos da matriz consolidada, apoiando o aumento da produtividade das cadeias em que era mais competitivo. Ao invés disso, adotou uma política de renúncia fiscal com vistas à atração de novas empresas.

O resultado foi, de acordo com **Três Décadas de Economia Gaúcha**, que “[...] o desempenho do ICMS, nos

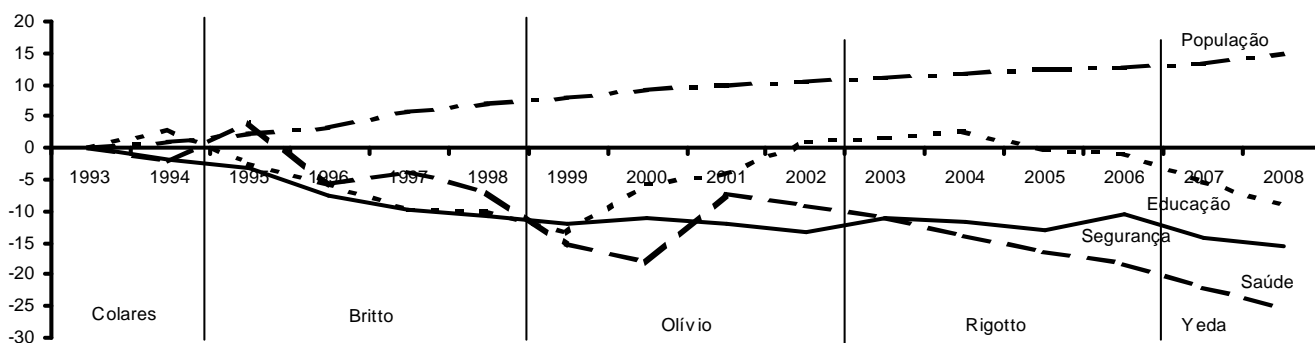
últimos 25 anos, ficou muito aquém do desejável [...] devido basicamente ao volume excessivo de desonerações fiscais”, o que inviabilizou os investimentos públicos e impôs a diminuição do funcionalismo ativo alocado em educação, saúde e segurança. O esforço de inflexão do Governo Olívio (gráfico) foi abortado pela dura realidade fiscal, pois a “modernização” não conseguiu dinamizar a economia.

Retomar o desenvolvimento envolve resgatar educação, saúde e segurança públicas. Para tanto, é preciso enfrentar a crise fiscal. Como não há espaço para “tarifários”, há que se apelar para o crescimento da base contributiva. A economia tem que voltar a crescer aceleradamente, **o que será possível com uma inflexão da política econômica regional**.

A primeira tarefa é enfrentar o senso comum que tem orientado os esforços de “modernização” da matriz produtiva gaúcha. Afinal, o RS é um dos poucos estados brasileiros que conta com uma Matriz de Insumo-Produto (outro produto da FEE). Que políticas econômicas foram baseadas na mesma? Creio que nenhuma, a despeito de ela informar quais são os setores mais dependentes de importações e quais os de maior multiplicador interno; quais os setores que podem gerar mais tributos direta e indiretamente para o Estado; quais os que geram mais emprego e mais renda para a população.

É preciso, sim, dar um salto de eficiência na administração pública. E, felizmente, pode-se dá-lo, pois, quanto mais distantes da fronteira, do ideal, maior pode ser o progresso. Definir as políticas econômicas com apoio em avaliações técnicas dos impactos projetados para distintas alternativas pode ser uma boa forma de dar início à tão necessária revolução.

Evolução da população e dos servidores ativos, das áreas de educação, segurança pública e da saúde do Estado do Rio Grande do Sul — 1993-2008



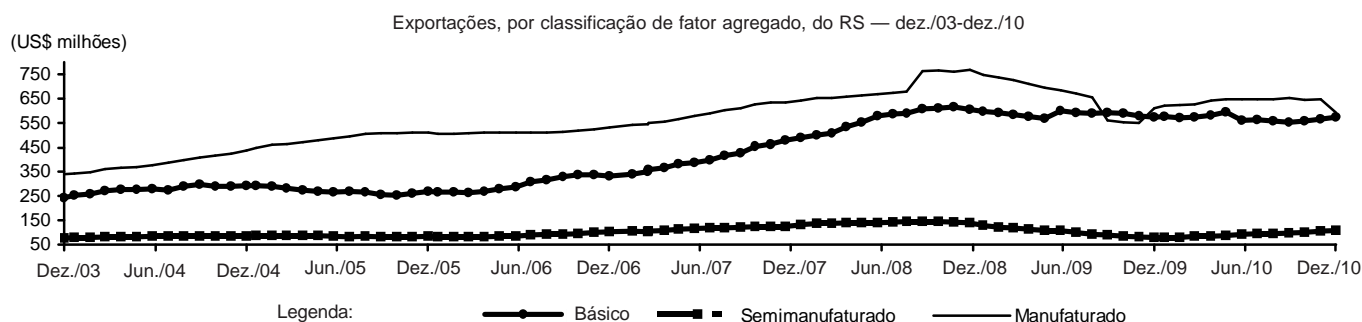
FONTE: MENEGUETTI NETO, Alfredo. A crise das finanças públicas gaúchas. In: CONCEIÇÃO, Octavio A. C. et al. (Orgs). O Movimento da Produção, Série **Três Décadas de Economia Gaúcha**, Porto Alegre: FEE. v. 2, p. 220.

## Evolução das exportações gaúchas conforme o fator agregado

Os dados do MDIC sobre as exportações gaúchas, conforme o fator agregado, permitem verificar o comportamento dos produtos vendidos ao exterior com base no seu grau de elaboração. O gráfico mostra um forte crescimento de produtos básicos entre 2006 e 2008. Esse aumento se deveu principalmente ao crescimento da demanda da China por soja e aos bons resultados dos embarques de carnes e fumo. Nesse mesmo período, observou-se um padrão semelhante, mas em menor intensidade, das exportações de produtos manufaturados, sobressaindo-se o crescimento dos setores de máquinas e equipamentos e químicos.

Como reflexo da crise econômica, no final de 2008, percebe-se uma pequena queda das exportações de produtos

básicos e uma queda acentuada dos manufaturados. Mais importante: passada a crise, nem os produtos básicos nem os manufaturados recuperaram a trajetória de crescimento do período pré-crise. Dos principais produtos básicos, apenas as exportações de carnes e farelo de soja voltaram a crescer, enquanto, dos manufaturados, somente máquinas e equipamentos e autopeças. Quanto às exportações de semimanufaturados, verifica-se também um processo de queda com a crise, recuperando, no entanto, sua trajetória ascendente no período subsequente. Os principais produtos dessa classificação são óleo de soja, celulose e couro.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

NOTA: Média móvel 12 meses.

Marcos Vinício Wink Junior (FEE/CIE)

## Safra e preços do arroz no Rio Grande do Sul

A área plantada de arroz, na safra 2010/11, no Estado, atingiu cerca de 1,148 milhão de hectares, segundo levantamento da Conab, o que deve representar cerca de 65% da produção nacional. Com plantio, manejo, técnicas adequadas e clima relativamente favorável à cultura, essa safra deve obter um aumento de 12,2% na produção, no RS.

No entanto, esse cenário favorável à produção pode piorar ainda mais os preços, já deprimidos, do cereal. Para se ter uma ideia, na primeira semana de 2011, o preço médio da saca de 50kg de arroz em casca fechou em R\$ 23,78 no RS, abaixo do preço mínimo garantido pelo Governo Federal (R\$ 25,80). Nesse contexto, a possibilidade de exportação poderia surgir como alternativa para enxugar o mercado e elevar

o preço. Contudo não parece que esse caminho esteja sendo trilhado. Pode-se observar, na tabela, que as exportações estão abaixo do volume de 2009 e que, além do mais, o principal produto embarcado é o arroz quebrado, com baixo valor agregado.

A solução de curto prazo à retomada dos preços parece ser a sensibilização do Governo para a efetivação de sua política de preços mínimos. Através de seus diferentes instrumentos, como Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), Aquisição do Governo Federal (AGF) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), o Governo pode elevar o preço do cereal. Mas isso deve ocorrer com urgência, dado que, em março, inicia a nova safra.

Exportações brasileiras de arroz (base casca) e participação percentual do RS no total do Brasil — 2007-10

TIPOS DE ARROZ	2007		2008		2009		2010 (1)	
	Exportações Brasileiras (t)	Participação do RS (%)	Exportações Brasileiras (t)	Participação do RS (%)	Exportações Brasileiras (t)	Participação do RS (%)	Exportações Brasileiras (t)	Participação do RS (%)
Casca .....	124,4	46,1	17 595,0	0,9	30 041,1	99,7	58,0	0,8
Cargo .....	1 153,0	61,4	18 735,1	82,1	24 288,4	65,7	16 158,7	91,8
Parboilizado .....	84 350,1	94,0	256 257,7	94,0	444 853,4	92,3	99 521,6	97,8
Não parboilizado .....	46 167,5	87,6	223 926,9	96,6	71 678,6	72,9	34 980,2	67,5
Quebrado .....	181 294,3	93,9	273 664,1	98,5	323 888,2	99,1	347 152,8	96,8
<b>Total .....</b>	<b>313 089,1</b>	<b>92,9</b>	<b>790 178,8</b>	<b>93,9</b>	<b>894 749,7</b>	<b>92,7</b>	<b>497 871,2</b>	<b>94,8</b>

FONTE: IRGA.  
MDIC.

NOTA: Ano comercial: março a fevereiro.

(1) Dados até dezembro.

Vanclei Zanin (FEE/CEES)

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-dez./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IBGE)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Bacen)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa jun./1994 = 100)	Taxa de Variação (7)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (8)	
Dez./99	0,3	17,5	-	8,9	19,00	103,1	49,9	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	17,6	-	6,0	16,50	100,8	-8,1	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	17,4	10,6	7,7	19,00	117,0	24,1	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	16,1	10,5	12,5	22,00	158,0	10,5	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	15,2	10,9	9,3	17,50	133,8	3,6	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	15,7	9,6	7,6	17,25	127,4	-1,6	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	15,7	8,3	5,7	18,50	101,2	-18,5	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	16,6	8,4	3,1	13,25	99,9	-10,6	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	17,8	7,4	4,5	11,25	87,2	-7,2	141,0	21,8	143 642
Dez./08	5,1	19,3	6,8	5,9	13,75	106,4	-3,6	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	100,0	-1,4	113,7	-23,3	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	98,3	0,8	114,4	0,6	135 861
Mar./09	3,0	18,7	9,0	5,6	11,25	97,5	2,9	111,1	-2,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	95,1	4,6	110,1	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	89,7	6,1	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	18,0	8,1	4,8	9,25	87,1	7,5	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	85,7	8,9	113,3	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	82,3	10,4	110,4	-2,6	138 717
Set./09	-1,7	17,4	7,7	4,3	8,75	81,7	10,3	110,2	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	78,8	6,8	111,1	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	78,7	3,4	122,6	10,4	148 649
Dez./09	-0,6	17,4	6,8	4,3	8,75	78,8	-1,1	145,2	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	79,2	-4,2	117,3	-19,2	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	80,5	-7,0	116,3	-0,9	161 879
Mar./10	2,2	18,1	7,6	5,2	8,75	77,9	-9,7	114,7	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	76,6	-12,1	112,7	-1,7	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	76,6	-13,7	114,4	1,5	159 897
Jun./10	5,3	18,8	7,0	4,8	10,25	75,5	-15,2	116,0	1,4	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	75,4	-16,4	119,9	3,4	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	76,1	-17,1	114,5	-4,5	168 625
Set./10	7,5	19,4	6,2	4,7	10,75	74,4	-17,4	115,2	0,6	172 969
Out./10	-	-	6,1	5,2	10,75	74,1	-16,2	117,4	1,9	176 942
Nov./10	-	-	5,7	5,6	10,75	74,6	-14,9	127,8	8,8	177 834
Dez./10	-	-	5,3	5,9	11,25	72,7	-13,3	-	-	197 388

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (9)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produ- ção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exporta- ções (7)	Importa- ções (7)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Dez./08	-3,68	38,5	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,71	2,73	-1,02	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,6	76,7	19,3	37,4	-1,67	2,62	-0,94	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,63	2,75	-1,12	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,48	2,70	-1,22	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,31	2,74	-1,42	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,40	2,86	-1,46	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,3	79,0	-0,5	1,7	-1,27	2,81	-1,54	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,23	2,68	-1,45	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,21	2,48	-1,27	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,89	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,17	2,14	-0,97	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,27	1,95	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,39	1,87	-0,48	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,52	1,62	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,77	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,7	-1,52	1,48	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,24	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,4	-1,62	1,47	0,15	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,45	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,75	1,44	0,30	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,83	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,93	1,33	0,60	247 292	290 690
Mai/10	-2,16	41,4	131,00	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,88	1,34	0,54	249 846	299 291
Jun./10	-2,06	41,1	128,13	6,5	-2,0	85,1	-2,8	2,1	-2,07	1,27	0,80	253 114	309 566
Jul./10	-2,01	41,4	133,59	8,3	3,8	85,0	2,8	9,8	-2,17	1,31	0,86	257 299	316 688
Ago./10	-1,98	41,8	136,31	9,8	0,9	85,4	9,8	19,5	-2,25	1,32	0,92	261 320	318 613
Set./10	-2,90	40,3	134,21	11,2	-1,7	85,9	17,1	27,7	-2,31	1,49	0,82	275 206	333 199
Out./10	-2,76	40,0	136,48	11,8	0,8	86,4	23,3	35,1	-2,34	1,74	0,60	284 930	343 784
Nov./10	-2,51	40,1	135,38	11,7	-0,4	86,1	28,3	40,5	-2,41	1,84	0,57	285 461	338 155
Dez./10	-	-	-	-	-	85,3	32,0	42,2	-2,28	2,33	-0,05	288 575	350 436

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual acumulada em quatro trimestres. (2) Taxa de investimento acumulada em quatro trimestres. Quociente entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB, ambos a preços correntes. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 15 moedas: EUA, Japão, Argentina, China, Países Baixos, Alemanha, México, Japão, Itália, Chile, Rússia, Reino Unido, França, Bélgica, Espanha, Coreia do Sul. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual acumulada em 12 meses. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Taxa mensal.

## Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 2

### ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — ago./08-dez./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS (2)	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IPC (IEPE)	IPCA POA (IBGE)
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	96,73
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	97,19
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	97,48
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	98,19
Dez./08	2,7	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	98,33
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	98,57
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	98,95
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	99,10
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	100,00
Mai./09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	100,65
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	100,78
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	100,90
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	100,93
Set./09	-	105,30	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	101,19
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	101,33
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	101,94
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	101,97
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	102,53
Fev./10	-	93,33	110,88	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	103,29
Mar./10	-	118,41	116,20	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	104,12
Abr./10	-	113,56	108,67	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	104,70
Mai./10	-	111,69	106,05	111,98	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	104,76
Jun./10	-	112,72	107,65	111,20	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	104,60
Jul./10	-	119,62	108,72	110,81	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	104,79
Ago./10	-	114,27	105,51	110,09	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	105,04
Set./10	-	105,31	100,01	108,92	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	105,24
Out./10	-	107,55	96,31	107,54	760,8	355,9	147,5	1 423,4	105,99	105,90
Nov./10	-	115,62	107,03	107,49	786,6	398,5	153,6	1 508,2	106,49	106,60
Dez./10	7,8	-	-	-	877,8	339,2	156,4	1 551,1	107,04	107,20

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — ago./08-dez./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 277	1 283	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 282	1 287	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 283	1 283	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 276	1 283	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 257	1 253	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 269	1 251	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 291	1 275	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 300	1 299	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 282	1 295	518 975	1 878 610	1 057 070
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 260	1 272	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 286	1 274	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	- 481	9,2	12,0	1 300	1 293	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 309	1 287	535 211	1 732 263	1 423 938
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 295	1 292	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 324	1 311	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 297	1 293	531 690	1 751 336	932 123
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 311	1 316	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 282	1 279	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 317	1 301	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 326	1 296	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 322	1 296	582 585	1 963 257	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 310	1 293	585 325	1 824 913	1 570 957
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 321	1 297	586 363	1 801 932	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 345	1 322	585 557	1 835 915	1 574 764
Ago./10	15 675	7,1	8,7	1 364	1 350	575 378	1 826 812	1 374 519
Set./10	11 139	7,0	8,5	1 362	1 344	539 893	1 736 628	1 438 940
Out./10	18 592	6,8	8,2	1 356	1 334	-	-	1 425 566
Nov./10	21 729	6,2	7,7	1 365	1 327	-	-	1 152 517
Dez./10	-18 194	5,8	7,2	-	-	-	-	1 275 596

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Base: abr./09 = 100. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de nov./10. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 2002 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## Os desafios do setor elétrico do Brasil e do RS no período 2010-30

Tomando-se o cenário de referência do **Plano Nacional de Energia, 2030** — com crescimento de 4,1% a.a. da economia brasileira e elasticidade-renda unitária do consumo de energia elétrica em contraponto a um crescimento do PIB do RS de 4,5% a.a. e elasticidade-renda de 1,1 — dentre os cenários propostos no ensaio **Planejamento Prospectivo da Energia no RS — 2010-30**, procedeu-se a uma atualização da questão sobre os desafios do setor elétrico, destacando-se algumas variáveis, como: a potência nominal, que, no caso brasileiro, se refere à capacidade instalada e, no gaúcho, inclui, ainda, parte da potência nominal brasileira disponibilizada pelo Sistema Interligado Nacional (SIN); a potência efetiva no tempo, que reduzida no consumo de energia mais as perdas de transporte e geração; e o fator de carga, que expressa a relação de uso entre as potências mencionadas.

Disso tudo, conclui-se, para o período 2010-30, que: a potência nominal brasileira deverá aumentar 88,2%, considerando-se a diminuição das perdas globais, passando de 119.503MW para 224.919MW; o consumo de energia do Brasil acompanhará o crescimento da potência efetiva, 111%, passando de 522.166GWh para 1.101.728GWh; a potência nominal do RS deverá crescer 118,2%, parte em solo gaúcho e parte ofertada pelo SIN, mais que a brasileira, devido a seu fator de carga menor; o consumo de energia do RS deverá crescer 162,8%, passando de 31.286GWh para 82.224GWh, devido a uma elasticidade-renda maior que a brasileira.

O **Plano Nacional de Energia, 2030** sintetiza os investimentos do setor elétrico, em 2005-30, em US\$ 286 bilhões, sendo cerca de 59% para geração, 24% para transmissão e 17% para distribuição. Esse pode ser o tamanho do desafio.

Potência nominal, potência efetiva e requerimentos de energia elétrica do Brasil e do RS — 2010-2030

DISCRIMINAÇÃO	2010	2015	2020	2025	2030
<b>Requerimentos de potência e fator de carga de energia elétrica do Brasil (MW)</b>					
Potência nominal .....	119 503	142 150	160 180	189 809	224 919
Potência efetiva .....	59 608	72 471	85 094	102 497	125 768
Fator de carga .....	0,50	0,51	0,53	0,54	0,56
<b>Requerimentos de potência e fator de carga de energia elétrica do RS (MW)</b>					
Potência nominal .....	9 866	11 826	14 317	17 489	21 527
Potência efetiva .....	3 571	4 547	5 790	7 372	9 386
Fator de carga .....	0,36	0,38	0,40	0,42	0,44
<b>Requerimentos de energia elétrica do Brasil e do RS (GWh)</b>					
Cenário de referência para o Brasil .....	522 166	634 846	745 423	897 873	1 101 728
Cenário de referência para o RS .....	31 286	39 835	50 719	64 578	82 224
Relação RS/Brasil .....	5,99	6,27	6,80	7,19	7,46

FONTE: BENSUSSAN, J. A. Planejamento prospectivo da energia no Rio Grande do Sul. In: CONCEIÇÃO, Octavio A. C. et al. (Orgs.). O Movimento da Produção, Série **Três Décadas de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2010. v. 2, p. 315. (Adaptado). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/detalhe.php?ref=10&vol=volume2>>.

Jaquês Alberto Bensussan (FEE/CEES)

## A melhora dos indicadores de crédito no Brasil e no RS, em 2010

Entre janeiro e outubro de 2010, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no Rio Grande do Sul (RS) caiu de 3,35% para 2,56%. Tal fato foi influenciado principalmente pela taxa de inadimplência das operações direcionadas às pessoas jurídicas, que diminuiu de 2,66% para 1,9%, uma queda de 28,5%. Também houve uma queda na inadimplência das pessoas físicas, de 4,06% em janeiro para 3,45% em outubro. Além disso, o saldo das operações de crédito do SFN no RS aumentou 16,2%, saindo de R\$ 86,54 bilhões em janeiro para R\$ 100,63 bilhões em outubro de 2010, sendo que o crédito para as pessoas tanto físicas quanto jurídicas aumentou em torno de 16%. Isso indica que a expansão do crédito foi impulsionada tanto pelo crescimento dos empréstimos com a finalidade de

aumentar o potencial de consumo das pessoas, quanto pelo crescimento dos empréstimos para aumentar a capacidade de investimento das empresas.

Considerando o Brasil, o estoque das operações de crédito chegou a R\$ 1,645 trilhão em outubro de 2010, um crescimento de 15,4% em relação a janeiro do mesmo ano. O tipo de operação de crédito que mais contribuiu para esse aumento foi o habitacional, crescendo 37% entre janeiro e outubro de 2010, chegando a R\$ 129,11 bilhões. Também houve uma melhora na taxa de inadimplência total brasileira, de 4,2% para 3,4%. A principal causa da redução da taxa de inadimplência e do aumento do crédito foi o crescimento da massa salarial, de 10,1% no Brasil e de 9,5% no RS.

Indicadores de crédito no Brasil e no RS — 2010

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
	Janeiro	Outubro	Janeiro	Outubro
Taxa de inadimplência (%) .....	3,35	2,56	4,20	3,40
Saldo das operações de crédito (R\$ bilhões) .....	86,54	100,63	1 424,00	1 645,00

FONTE: Bacen.

Bruno Breyer Caldas (FEE/CIE)

## As exportações gaúchas em 2010

As exportações gaúchas de mercadorias alcançaram US\$ 15,4 bilhões em 2010, representando um crescimento de apenas 1,0% sobre o valor atingido em 2009. Essa *performance* ficou muito aquém não só do aumento verificado nas exportações brasileiras como um todo, que chegaram a US\$ 201,9 bilhões em 2010, com crescimento de 32%, como também da estimativa para a evolução do comércio mundial de mercadorias, de 19%, devendo o mesmo atingir US\$ 14,7 trilhões em valores correntes (FMI).

Com esse resultado, o Rio Grande do Sul ficou em quarto lugar no *ranking* nacional, atrás de São Paulo (US\$ 52,3 bilhões), Minas Gerais (US\$ 31,2 bilhões) e Rio de Janeiro (US\$ 20,0 bilhões), com crescimento de, respectivamente, 23%, 60% e 48%. Esses estados foram beneficiados pelo aumento expressivo dos preços do açúcar (São Paulo), do minério de ferro (Minas Gerais) e do petróleo (Rio de Janeiro). Registre-se ainda que, no ano de 2009, as exportações do Estado foram “infladas” pelo registro de vendas de energia elétrica para a Argentina, no valor de US\$ 1,1 bilhão, que, na verdade, referiam-se a valores de 2007 a 2009. Com isso, a base de comparação com as exportações atuais ficou sobreavaliada. Caso essa mercadoria (que, até 2006, era contabilizada na balança de serviços) fosse desconsiderada do cálculo, o crescimento das exportações gaúchas, entre 2009 e 2010, seria de 8%, ainda assim bastante distante da média brasileira.

Dentre os principais produtos da pauta exportadora gaúcha, os do complexo soja (grão, farelo e óleo) apresenta-

ram um crescimento de 3%, com a redução nas vendas externas do grão (-8%) sendo compensada pelas vendas do farelo (23%) e do óleo (33%). Já as exportações de fumo, devido à frustração da safra, registraram uma queda de 14%. Dentre as exportações de carnes, destacaram-se, como soe acontecer, as vendas da carne de frango, com crescimento de 17%, e de carne suína, com aumento de 14%.

A comercialização de calçados de couro manteve sua trajetória dos últimos anos: queda no valor (-9%), fruto de uma redução no número de pares exportados (-19%), não compensada pelo aumento do preço médio do produto (14%). Por outro lado, enquanto as vendas dos produtos petroquímicos — no caso do RS, hidrocarbonetos e polímeros — foram alavancadas pelo aumento de seus preços no mercado internacional, as exportações da indústria metal-mecânica, com destaque para máquinas agrícolas e autopeças, tiveram seu crescimento puxado, basicamente, pela quantidade comercializada no exterior.

A União Europeia foi o principal mercado comprador de produtos gaúchos, principalmente tabaco, farelo de soja e calçados de couro natural. A China, segundo maior comprador, adquiriu, dentre outros, grão e óleo de soja, além de tabaco. Já a Argentina, terceiro maior parceiro comercial do Estado, comprou basicamente produtos petroquímicos e da indústria metal-mecânica.

Exportações de produtos selecionados do RS — 2010

PRODUTOS	VALOR (US\$ milhões)	Δ% DO VALOR 2010/2009	Δ% DO PREÇO MÉDIO 2010/2009	Δ% DA QUANTIDADE 2010/2009 (1)
Soja em grão .....	1 782	-8,0	-4,6	-3,6
Farelo de soja .....	835	22,7	-9,6	35,8
Óleo de soja .....	378	32,9	16,2	14,4
Fumo (tabaco) .....	1 816	-14,3	18,8	-27,9
Carne de frango .....	1 192	16,9	11,9	4,4
Carne suína .....	520	14,0	29,2	-11,8
Calçados de couro natural .....	599	-8,8	13,9	-19,2
Polímeros .....	964	22,1	36,3	-10,4
Hidrocarbonetos .....	235	27,9	53,8	-16,8
Tratores .....	326	2,9	9,3	-1,5
Partes e acessórios para veículos .....	266	49,5	8,8	37,5
Máquinas e aparelhos agrícolas .....	299	90,9	16,2	64,3
<b>Total de produtos selecionados/total do RS (%)</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

(1) Em kg, exceto para calçados (em pares) e tratores (em unidades).

Álvaro Antonio Garcia (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.01.11).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**  
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283  
E-mail: conjuntura@fee.tche.br  
www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Susana Kerschner. Revisora: Maria Inacia Flôr Reinaldo.

**Editoria**

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.